Desporto e construção da sociedade nova em Moçambique, 1974-1990

Mauro Armando Adelino Manhanguele* e Marlino Eugénio Mubai*

pp. 25-38

Introdução

O desporto em Moçambique foi uma prática subordinada às questões de cariz sócio-político e económico. No período colonial, o desporto praticou-se numa lógica de discriminação em que o acesso a certas modalidades e competições estava destinado essencialmente à população colona, tendo-se interditado ou condicionado a participação dos africanos. Assim, o regime colonial usou o desporto para legitimar o seu poder assente na ideia da superioridade da raça branca em relação as outras. Durante o período do Estado Novo (1926-1974), também se aproveitou o sucesso de alguns desportistas africanos que se afirmaram nos principais clubes e na seleção portuguesa para legitimar o argumento de que não havia discriminação nas suas colónias, visto que os melhores eram facilmente integrados, mesmo na sociedade metropolitana.

Durante o período de transição para independência foram estabelecidas as bases para a construção de uma sociedade nova, completamente diferente da colonial. Tratava-se de uma sociedade livre do regionalismo, tradicionalismo, racismo, capitalismo e todos os outros males 'impostos pelo colonialismo'. Neste contexto, estabeleceram-se as bases para a estruturação do desporto para uma sociedade nova. Com a independência, o processo de transformação da sociedade moçambicana radicalizou-se, com apelos para uma alteração drástica das estruturas do período colonial, incluindo as desportivas. Na perspetiva dos revolucionários da Frelimo, o novo Moçambique precisava infalivelmente de um novo desporto.

A partir deste contexto, o artigo analisa o contributo do desporto na implementação do projeto de formação duma sociedade nova no Moçambique pós-colonial. O artigo argumenta que, à semelhança do período colonial, após a independência, o desporto foi instrumentalizado para servir objetivos políticos e sociais. Na asserção do governo da Frelimo de orientação Marxista-Leninista, o desporto deveria servir a revolução, contribuindo para a liquidação dos vestígios da dominação colonial. Neste âmbito, todos deveriam empenhar-se na modificação das estruturas desportivas nacionais, procurando romper com o passado colonial.

O artigo assenta numa abordagem histórica, recorrendo à análise da imprensa da época e posterior (consideraram-se, essencialmente, a revista *Tempo* e os jornais *Notícias*, *Desafio* e *Domingo*), bem como de outras fontes secundárias que permitiram o enquadramento teórico. O artigo é composto por três seções: na primeira, contextualiza-se a atividade desportiva no período colonial; na segunda, analisa-se o desporto no período de transição, no qual foram lançadas as bases para restruturação desportiva; por fim, analisam-se as mudanças do

https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr36a2

* **Universidade Eduardo Mondlane – Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS-UEM)**.

desporto no período pós-colonial com vista a alinhá-lo com a construção da nova sociedade, bem como a ideologia Marxista-Leninista adotada pelo partido Frelimo.

Contextualização do desporto no período colonial

O desporto no período colonial foi uma prática extremamente popular, mas praticado numa lógica de discriminação racial, que fazia parte da estrutura do colonialismo português, na qual se advogava a superioridade dos brancos sobre os não-brancos. Medeiros (2013: 46) refere que a prática desportiva entre a população 'civilizada e indígena' teve influência dos territórios vizinhos sob domínio britânico e da comunidade anglo-saxónica radicada na Beira e Lourenço Marques. Por isso, estes centros urbanos apresentaram um rápido crescimento desportivo desde a viragem do século XX, caracterizado pelo surgimento de diversos clubes e do associativismo desportivo.

Na estrutura colonial, os "indígenas" não tinham os mesmos direitos que os brancos e os assimilados. Esta segregação também se verificou no desporto, no qual se considerava que os indígenas não tinham cultura desportiva, sendo as suas atividades atléticas, como a caça a pesca, associadas a um princípio utilitário (Domingos, 2009: 84). A época colonial caracterizou-se pela exclusão dos africanos nas várias modalidades desportivas, principalmente aquelas consideradas da elite da burguesia colonial. Mesmo no futebol, que se popularizou rapidamente na colónia, a organização dos campeonatos era realizada por duas associações com bases rácicas. Segundo Domingos (2006: 405), a:

> *[...] Associação de Futebol Africana (AFA), [...] organizava um campeonato com a participação de mais de uma dezena de clubes, adoptando regras e regulamentos típicos das congéneres de origem europeia. [...] A "competição indígena" realizava-se ao mesmo tempo que o campeonato oficial de Lourenço Marques, gerido pela Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM), estrutura desportiva filiada na Federação Portuguesa de Futebol*[1].

Esta estrutura desportiva era caracterizada por duas competições antagónicas, uma da AFLM, que era a competição para os privilegiados do sistema colonial, na qual praticamente não participavam jogadores não-brancos. Por outro lado, a AFA organizava o campeonato para os africanos, a população dos subúrbios de Lourenço Marques. Operava uma clara discriminação. Noutras modalidades como o golfe, hipismo, ténis, vela, a discriminação era mais acentuada porque estas modalidades estavam praticamente reservadas à burguesia colonial.

Como se pode depreender, o desenvolvimento desportivo em Moçambique esteve intimamente relacionado aos desenvolvimentos políticos e sociais, com particular destaque para a separação rígida entre os praticantes indígenas e 'civilizados'. Como Domingos (2012: 81) demonstra, "as políticas do Estado colonial legitimaram as lógicas de descriminação inscritas na organização das práticas e dos consumos desportivos. [...] O Estado incentivou a separação do desporto educativo e associativo reservado aos colonos e assimilados das práticas disciplinares a que eram submetidos os indígenas". Esta lógica fazia parte da estrutura segregacionista do colonialismo português, na qual a população não-branca não tinha os mesmos direitos que os brancos.

A instrumentalização do desporto para servir fins políticos também se verifica com a criação em 1939 da Mocidade Portuguesa (MP) em Moçambique, a primeira instituição especializada na promoção e regulação das práticas desportivas no território, entretanto virada apenas a população "civilizada" e inspirada nas *balilas* fascistas italianas e da juventude hitleriana

[1] Foi constituído oficialmente em 1934, mas as suas atividades começaram a década anterior. Era uma espécie de escalão secundário desportivo para "indígenas" (Rocha, 1991: 224).

alemã (Domingos, 2012: 82). Sobre a MP, Paipe (2016: 70) acrescenta que era uma organização juvenil do Estado Novo, criada em 1936, com o fim de "estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caracter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar", ou seja, era uma instituição que deveria incutir nos jovens uma maior ligação com a pátria e o Estado Novo, sendo a formação ideológica e política mais importante que a competição desportiva.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial criou condições favoráveis à autodeterminação dos povos. Esta situação complicou os planos do colonialismo português, pois não apresentava nenhum plano para descolonizar as suas colónias, preferindo adoptar reformas cosméticas para diminuir a pressão internacional e interna. No desporto, houve medidas para reduzir a segregação racial e alargar a prática desportiva à população negra, apesar da continuação do quadro discriminatório. Domingos (2009: 98) defende ainda que a abolição da AFA e a integração dos seus clubes no campeonato da terceira divisão da AFLM procuraram pôr termo à formalização da discriminação racial e que, depois da abolição do sistema de indigenato, a circulação de jogadores negros pelos clubes de Lourenço Marques fundados por colonos se tornou mais comum.

Na senda destas reformas do regime colonial, em 1960, foi reconhecida a categoria de "profissional" nas modalidades de futebol, boxe e ciclismo (Domingos, 2009: 96). Para além de tentar diminuir a pressão internacional, esta abertura visava aumentar a base de apoio ao regime entre os oprimidos. Tratava-se de uma tentativa desesperada do Estado Novo de garantir a sua aceitação. Neste sentido, o desporto também deveria se associar ao novo rumo político.

O desporto, principalmente o futebol, criou condições para ascensão de alguns africanos que se destacaram, sendo que alguns até jogaram nos principais clubes metropolitanos e na seleção portuguesa. Logo, "o futebol era ainda um meio de mobilidade social, uma forma de integração na sociedade colonial ou mesmo bilhete de passagem para a sociedade de integração na sociedade metropolitana. Mas o jogo também se tornou uma arena de resistências ao poder colonial" (Domingos, 2006: 403).

O poder colonial procurou beneficiar da popularidade do futebol para sustentar o seu regime, mormente através da participação de jogadores de origem africana em clubes da metrópole, tais os casos de Mário Coluna, Vicente Lucas, Hilário Rosário da Conceição e Eusébio da Silva Ferreira. Domingos (2012: 91) explica que houve tentativas de instrumentalização do desporto para efeitos de gestão política e social, apresentando-o como um exemplo de integração social. Portugal desenvolveu uma narrativa imperial propagandística que explorou o êxito de alguns atletas africanos na metrópole. Assim, aproveitou-se da popularidade desportiva e do sucesso de alguns atletas das colónias para se sustentar e legitimar os seus fins políticos.

As reformas na política desportiva do Estado colonial foram mais intensas a partir da década de 1960. Num contexto de maior generalização de políticas de integração social, o Estado conseguiu promover um ensaio de política desportiva assente na democratização dessa prática desportiva (Domingos, 2009: 102). Neste período, Portugal era pressionado internacionalmente para conceder a independência às suas possessões coloniais, sendo que nas colónias enfrentava uma guerra movida pelos movimentos de libertação. Politicamente fragilizado, o Estado Novo procurou implementar algumas políticas sociais a benefício dos africanos, de modo a ampliar a sua minúscula base de apoio. No campo desportivo, diminuiu a discriminação, tendo havido uma tentativa de alargar o acesso a prática desportiva aos africanos. Contudo, não evitou o insucesso das políticas desportivas coloniais, caracterizadas pela segregação racial e social inerente ao seu sistema. Na prática, as mudanças da década de 1960 não erradicaram completamente a discriminação. As melhorias na legislação não foram acompanhadas pela sua fiel implementação, sendo que a participação dos africanos nas práticas desportivas formais continuou baixa, apesar de ter melhorado relativamente aos períodos precedentes. Esta situação indicia o fracasso da política desportiva colonial.

Bases para estruturação do desporto para a nova sociedade (período de transição)

Depois de 10 anos de uma guerra contra o colonismo português, na qual o povo moçambicano alcançou a vitória, o país começou um período de transição para a independência em 1975. Nesta época, o governo de transição preparava e estabelecia bases para a independência total e completa de Moçambique. A Frelimo procurava construir uma nova identidade moçambicana, alicerçada num país moderno e de orientação marxista-leninista. Neste contexto, o partido defendia a formação do homem novo, que possibilitaria a edificação de uma nova sociedade, livre do tradicionalismo, regionalismo, tribalismo, racismo, capitalismo, de todos estes males e outros impostos pelo colonialismo, o que obrigava a uma ruptura radical com o passado. Como Machel (1978: 11) apontou:

> *Quando pegamos em armas para derrubar a ordem antiga sentimos, obscuramente, (sic) a necessidade de criar uma nova sociedade, forte, sã, prospera, em que os homens, livres de toda a exploração, colaborariam para o progresso comum. [...] A luta pela criação de novas estruturas fracassaria sem a criação de uma nova mentalidade. [...] A eliminação do individualismo, desenvolver uma moral sã e revolucionaria [...] exige a destruição das ideias e gostos corruptos herdados [...] é necessário que a ciência vença a superstição. Unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requer que a nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação.*

Estas mudanças profundas também se verificaram nos posicionamentos acerca da prática desportiva e da educação física durante o período de transição, no qual houve um esforço para romper com o passado colonial de discriminação e para a modificação das estruturas desportivas, mudança marcada pela sua politização para servir a ideologia política da Frelimo. O desporto foi moldado para servir a revolução moçambicana, sendo que se considerava relevante para a formação do homem novo a implementação de políticas desportivas revolucionárias, em que as massas populares tivessem acesso a todas modalidades, sem nenhum tipo de restrição. Em várias edições da revista *Tempo*, a ideia de um desporto novo era uma constante. Um dos artigos refere a necessidade de romper com:

> *[...] Esta imposição da sociedade desportiva estruturada em clubes, associações numa certa imprensa, num tipo de dirigismo e num multifacetado jogo de interesses que iam desde o comercialismo a satisfação de vaidades. [...] Na linha política e humana da Frelimo adivinhamos, a seu tempo, todo um novo desporto do povo para o povo. Todo um desporto de verdade e grandeza, onde o homem será dignificado, não sendo mais instrumento da grande orquestra alienatória que tem sido o desporto*[2].

Esta edição da *Tempo* procurava demostrar a necessidade de mudança de toda estrutura humana e material no desporto, de modo a adequar-se ao novo momento histórico de Moçambique, pois a estrutura herdada do passado estava completamente alienada. Assim sendo, precisava-se de uma revolução profunda e não de uma simples reforma. Neste percurso, os êxitos e vitórias desportivas foram secundarizados, principalmente no desporto federado, pois se entendia que os resultados não eram a prioridade. Esta posição é facilmente percetível no artigo de Campos, sobre a possibilidade de o país independente poder participar em competições internacionais como os jogos olímpicos ou o mundial de futebol. Ele questiona se "[...] não será irmos depressa demais. [...] Se hipotéticos êxitos servem a revolução moçambicana na qual todos devemos empenhar. [...] Se quer ir, de imediato, longe de mais, o que colocaria atividade desportiva um pouco mais longe da revolução"

[2] A educação física e o desporto no programa da Frelimo. *Tempo*, Maputo, 06 de Out. 1974. Desporto, p. 29.

(Campos, 1974: 41). Ou seja, o articulista desaconselhava o rápido desenvolvimento e a excessiva atenção para com o desporto, de modo que não ofuscasse a revolução, que era o que realmente importava.

A instrumentalização do desporto para fins políticos esteve intimamente ligada à promoção da língua portuguesa. No projeto da Frelimo, a língua portuguesa era um factor central, pois auxiliaria a formação de um país moderno e unificado, tendo sido imposta, mesmo com pouca expressão no momento da independência. Esta situação também se verificou no desporto, no qual, diversas vezes as pessoas eram criticadas, ameaçadas e alguns casos agredidas fisicamente por se expressarem em línguas genuinamente moçambicanas. Este projeto iniciou no período da luta armada de libertação de Moçambique. Já nessa altura, a Frelimo tinha o português como a língua de unidade nacional, situação que foi consumada na constituição depois da independência, rejeitando dessa forma, a diversidade linguística do país. Na sua análise do percurso da língua portuguesa, de opressora a veículo de unidade nacional, Magaia (2010: 129) salienta que passou a ouvir-se "fale unidade nacional" quando, num círculo multilingue, uma pessoa teimasse em falar a sua língua. Ainda sobre a imposição da língua portuguesa no projeto da Frelimo, Mubai (2014: 77) refere que "nas escolas, os alunos eram punidos quando surpreendidos a falar as línguas moçambicanas".

Esta imposição da língua portuguesa e a marginalização das línguas genuinamente moçambicanas também se verificaram no desporto, quando se referia que se devia esforçar-se para defender e cuidar da língua portuguesa através do desporto, "[...] sem vernaculidade, embora, mas também sem subserviências a outras. E para quê, se a língua portuguesa é opulenta? [...] Grande ajuda que o desporto pode dar a língua nacional de Moçambique independente. Dignificar, difundi-la com bom uso, a língua portuguesa é também servir Moçambique de hoje para amanhã" (Campos, 1974: 63). As línguas nacionais eram tratadas como outras e a sua utilização no desporto era desencorajada, uma atitude alinhada com a política da Frelimo de "modernização" da nação. Assim, o desporto colaboraria na construção de uma nova sociedade.

O comportamento do desportista tinha que ser diferente, alinhado à nova conjuntura. Esta nova conduta deveria enquadrar-se na forma de ser e estar do homem novo. Neste contexto, defendia-se que "nenhum desportista poderá ser agente de reacionarismo, divulgador de boatos, apóstolo da violência ou pregador de ódios" (Campos, 1974: 41), pois esta postura desprestigiaria a atividade e não ajudaria a construir um novo país. Desta forma, alguns actos de violência no desporto foram ferozmente criticados e usados como prova para sustentar a necessidade de uma profunda revolução no desporto, que apresentava vestígios inconciliáveis com a nova personalidade moçambicana, sendo o colonialismo, o capitalismo e o tradicionalismo um entrave que deveria ser erradicado na nova mentalidade.

No decorrer do período de transição foi realizado um seminário sobre desporto, no qual foram traçadas propostas para o novo desporto, que serviria a revolução moçambicana na luta contínua de construção de um Estado Marxista-Leninista. Nas funções do desporto juvenil em Moçambique, defendeu-se que se deveria:

> *Modificar a sociedade, modificando os indivíduos pela eliminação dos vícios incutidos no tipo de sociedade anterior e preparando-o física, intelectual e moralmente para o novo tipo de sociedade que se quer formar, isenta de separatismo, vedetismos, elitismos e alargado a todo o povo através do enquadramento das estruturas desportivas nas estruturas politicas de base. [...] Na prática desportiva, a política seja colocada acima da técnica*[3].

[3] O desporto juvenil no I Seminário do Desporto da Província de Maputo. *Tempo*, Maputo, 06 de Abr. 1975. Desporto, p. 45.

Assim acontecia a politização do desporto, não existia uma separação entre o desporto e a política, visto que a ideologia partidária do movimento revolucionário era extremamente reguladora, no desporto como em todos outros sectores da sociedade moçambicana. A atividade desportiva deveria apoiar a construção da figura ideológica e imaginária do homem novo. A competitividade desportiva era relegada para o último plano, transferindo-se toda primazia a formação política e ideológica dos desportistas.

A ideia do homem novo e do desporto educativo e formativo foi repetidamente afirmada nas propostas para a nova estrutura desportiva. Deste modo, argumentava-se que "esta transformação deverá diferenciar perfeitamente o desporto espetáculo comercial e meio de exploração homem pelo homem, do desporto como um meio de desenvolvimento integral do individuo. [...] Que o desporto em Moçambique seja absolutamente amador"[4]. Com o mesmo posicionamento, no artigo sobre o desporto federado defendia-se um desporto ao serviço do povo que substituiria o desporto para o povo ver. Referia-se que o profissionalismo, que tinha como finalidade a vitória, por motivos meramente económicos, induzia um tipo de desporto praticado por elites altamente treinadas e relegava as massas para o papel de espectadores facciosos e alienados[5]. Neste sentido, o desporto deveria servir a educação e a formação ideológica, política, assim como a saúde física e mental dos moçambicanos, pois só assim se edificaria o homem novo.

No período de transição, foram lançadas as bases para nova estrutura desportiva de Moçambique. O desporto não era uma simples atividade, porquanto foi tornado um ato político, no qual todos envolvidos – associações, clubes, dirigentes, atletas, espectadores e o público no geral – tinham de romper com o passado colonial, adequando-se à nova conjuntura nacional. Neste contexto, impunha-se revolucionar as estruturas desportivas, de modo a colocá-las ao serviço das massas populares, que tinham sido marginalizadas no período colonial. O desporto também deveria servir para construção da nova sociedade e da figura imaginária do homem novo. Estes posicionamentos foram materializados e aprofundados no período pós-colonial.

Desporto e construção da sociedade nova, 1975-1990

O processo de transformação do desporto moçambicano, que se iniciou no período de transição, no qual foram lançadas as bases para um desporto novo, radicalizou-se depois da proclamação da independência do país em 1975. As estratégias para a modificação das atividades desportivas faziam parte de um plano estrutural do partido Frelimo que visava a construção de uma nova nação, em que o capitalismo-colonial, sociedade velha e 'alienada', seriam substituído pela criação de um país socialista e uma sociedade nova. Este processo sucedeu-se num contexto em que o povo moçambicano rejubilava com a independência nacional, mostrando-se optimista quanto à construção de um país desenvolvido, inclusivo e com justiça social, o que concedia uma carta-branca ao partido Frelimo para ensaiar as suas políticas.

Neste período, o discurso e as acções políticas pretendiam o alargamento da prática desportiva a todos. Esta situação repunha a possibilidade de os moçambicanos terem acesso às diversas modalidades. Já o desporto federado foi marginalizado e subjugado por diversas formas, pois considerava-se que representava a política colonial e capitalista, ou seja, tratava-se de um desporto alienado que se deveria obrigatoriamente desmantelar para não interferir

[4] Para o processo I Seminário de Educação Física e Desporto: relatório sobre actividade juvenil. *Tempo,* Maputo, 27 de Abr. 1975. Desporto, p. 42.

[5] Para o processo do I Seminário de Educação Física e Desporto: actividade federada. *Tempo*, Maputo, 04 de Maio, 1975. Desporto, p. 50.

negativamente na construção da nova nação. A Frelimo impunha a submissão do desporto em relação à sua ideologia e tencionava reprimir os que contestavam ou não se sujeitavam às diretivas do partido-estado, o que demostra que a natureza totalitária do regime no período pós-colonial se manifestou em todas dimensões.

Com efeito, defendia-se a evolução do desporto para as massas populares e a erradicação do desporto profissional que se considerava sinónimo do desporto capitalista. Numa das edições do jornal *Notícias*, salientava-se que as pessoas confundiam a educação física e os desportos com o desporto do 'elitismo de estrelas'. Neste contexto, argumentava-se que, em vez deste último tipo desportivo viciado, Moçambique exigia educação física que não deveria ser vendida pelos grandes empresários clubistas. Portanto, havia a necessidade de cortar esse ramo das grandes estrelas para o mercado de espetáculos e de o substituir por outro que proporcionasse mais saúde, vigor e personalidade[6]. Esta era a configuração ideal para o novo desporto que serviria as massas trabalhadoras, os camponeses e operários.

Este rígido posicionamento contra o desporto federado foi uma prática constante durante a segunda metade da década de 1970. Algumas práticas desportivas foram severamente combatidas: acerca da luta livre pretextava-se que era a estilização da violência, que o país gastava muito dinheiro a importar monstros deste desporto de brutos musculosos e deformados; acerca da natação, dizia-se que era um desporto de elites, dos velhos colonos; do motocrosse, um desporto de meninos bonitos, 'anjos voadores' e quejandos, que fazia gastar muita gasolina e era muito barulhento. Estava ligado a uma subcultura frustrada da juventude dos países capitalistas, mas Moçambique importara-o. A vela, o xadrez, o automobilismo, o hipismo e o hóquei patins eram desportos da elite e da burguesia colonial. No tocante ao boxe, a Frelimo defendia que não era desporto, mas uma demonstração de primitivismo e violência. Por isso deu orientações claras para se combater essa 'violência gratuita'[7]. A prática do boxe foi condicionada, tendo ressurgido timidamente apenas na primeira metade da década de 1980.

O profissionalismo era visto como o grande problema para o desenvolvimento do desporto moçambicano. Assim, procurou-se destruir a sua estrutura. Numa crónica da revista *Tempo*, assinalava-se que Moçambique não precisava de uma atividade desportiva que englobasse outros interesses que não os de educar o corpo e o espírito, de um desporto que não libertava, mas alienava as massas[8]. Desta forma, responsabilizava-se o profissionalismo por todos males que enfermavam o desporto nacional, pois "sobrevivia graças ao capitalismo", criando uma concorrência desenfreada, a doença da clubite, o regionalismo, o tribalismo e o vedetismo.

Os nomes das associações e clubes com ligação religiosa, regionalista e étnica, bem como os clubes moçambicanos que tinham designação de clubes portugueses foram combatidos. Neste quadro, argumentava-se que "alguns clubes desportivos pelo seu nome revelam o tribalismo, o racismo ou a sua origem religiosa. É o caso do Gazense, do Inhambanense, do Indo-Português ou de Mahafil Issilamo. [...] Mas o separatismo não termina aqui, é tradicional a rivalidade entre os adeptos do Benfica e do Sporting, [...] que nasce por importação de Lisboa"[9]. Com mesmo posicionamento, Fanisse (1979: 31) assinalava que muitos moçambicanos se mantinham ligados ao passado colonial, pois seguiam os jogos do futebol português com a mesma sofridão de antigamente. O sportinguismo e o benfiquismo tinham deixado

---

6 Escola de educação física dinamizará desporto popular: conteúdo dos programas incluirá formação política. *Notícias*, Maputo, 13 de Dez. 1975. Desporto, p. 9.

7 Para mais detalhes sobre estes assuntos ver: Da primeira à segunda divisão, das honras às reservas. O desporto que não queremos. *Tempo*, Maputo, 21 de Set. 1975. Desporto, pp. 34-40; Marmelo, António (1981), Boxe: chamem-lhe o quiserem, desporto não. *Tempo*, Maputo, 05 de Abr. 1981. Desporto, pp. 54-57; Graça, Machado da (1981), Boxe: cadáver que ressuscita. *Tempo*, Maputo, 04 de Jan. 1981. Desporto, pp. 44-45.

8 Da primeira à segunda divisão, das honras às reservas. O desporto que não queremos. *Tempo*, Maputo, 21 de Set. 1975. Desporto, p. 34.

9 Da primeira a segunda divisão, das honras às reservas. O desporto que não queremos. *Tempo*, Maputo, 21 de Set. 1975. Desporto, p. 39.

raízes, os estádios ainda eram palco de alienação, a qual criava um clima anti-desportivo nos campos.

Apesar de no período de transição se ter defendido que não havia colonialismo nos nomes dos clubes e que era preciso evitar a demagogia e os seus perigos, no período pós-colonial mudou-se completamente de posição. Logo, os nomes dos clubes e associações desportivas foram modificados para se ajustarem à nova realidade. Por exemplo, o Sporting de Lourenço Marques tornou-se o Clube de Desportos da Maxaquene e o Benfica de Lourenço Marques passou a designar-se Clube de Desportos da Costa do Sol. Entretanto, estas mudanças não evitaram completamente a ligação desportiva dos moçambicanos aos clubes da ex-metrópole **(diga-se, ainda hoje, muito moçambicanos continuam a acompanhar o desporto português).**

As associações e clubes com designações regionalistas, étnicas e religiosas também mudaram os seus nomes. Contudo, é importante referir que o facto de o clube se chamar Inhambanense não significava que os atletas fossem unicamente de Inhambane. Sobre este assunto, Hilário Rosário da Conceição numa entrevista concedida a Domingos, referiu que "[...] o [Clube] Zambeziano [era] malta da Zambézia. Isto não quer dizer que se um *gajo* não fosse zambeziano não podia jogar" (Domingos, 2013: 232).

Porém, na sua tentativa de construção de uma nação homogénea, a Frelimo não tolerava este tipo de designação. Esta subalternização das regiões e etnias moçambicanas afetou negativamente a identidade moçambicana, tendo sido uma atitude intencional, visto que o partido-estado procurava construir uma nação moderna, onde a 'tribo' e tradição não tinham lugar. Por isso, ordenou a substituição deste tipo de designações.

A título de exemplo, o clube Indo-Português tornou-se Centro Popular da Cultura e Desporto, o Mahafil Issilamo passou a ser Flamingo (atualmente, voltou a usar a designação de Grupo Desportivo Mahafil Issilamo de Maputo), assim como o Inhambanense se tornou Chamanculo. Entretanto, é preciso sublinhar que este processo de mudança não foi pacífico. Alguns clubes aceitaram com facilidade esta decisão para evitar um atrito com o regime, enquanto outros resistiram, tendo sido sancionados pelas autoridades. No caso do Mahafil, a imposição da mudança do nome originou o abandono de alguns associados que não concordavam com a alteração imposta pelas autoridades, sendo este um dos fatores que conduziu à "destruição" do clube[10].

Estas mudanças visavam adequar as entidades desportivas ao novo momento histórico, todavia, em alguns casos não eram necessárias, pois os nomes não significavam que os atletas, associados e adeptos destes clubes fossem apenas de uma região ou etnia. Designações como, por exemplo, Gazense até poderiam servir para a afirmação da identidade moçambicana, mas o governo entendia que era preciso morrer a tribo para nascer a nação. Desta feita, os clubes e associações desportivas subordinaram-se em relação ao regime. Contudo, é interessante compreender que os mesmos posteriormente adoptaram nomes que os identificavam com uma região: é o caso do Grupo Desportivo de Maputo (GDM), o dos vários Ferroviários, que têm como diferencial apenas a designação da área geográfica que representavam, bem como muitos outros clubes na mesma situação. Estes acontecimentos demostram uma certa incoerência no posicionamento da Frelimo ou sugerem que o maior problema advinha da criação destes clubes no período colonial, sendo que para o partido-estado tudo que tivesse ligação com o colonialismo era alienado, símbolo de racismo, divisionismo, racismo, tribalismo e todos outros males.

[10] Zacarias, Vasco (2011), *Acesso dos clubes aos fundos das empresas (2).* Cedid – Centro de Documentação Informação Desportiva de Moçambique. [Em linha]. [Consult. 15.out.2018]. Disponível em: www.cedid.blogs.sapo.mz/15162609.html.

O governo da Frelimo engajou-se energicamente no combate às estruturas desportivas coloniais baseadas em clubes e associações, considerando-as alienadas ao capitalismo e ao colonialismo. Neste contexto, em vários artigos do *Notícias* defendia-se uma estrutura desportiva 'revolucionária'. Para Ubisse (1976a: 6) era necessário um combate pela verdadeira implementação de um desporto popular, pela consolidação das vitórias alcançadas e pelo triunfo do processo de libertação. A revolução exigia a destruição de toda estrutura desportiva comercial e a implantação dum desporto verdadeiramente popular. Esta narrativa manteve-se constante na imprensa da época, como se vê no argumento seguinte expresso no *Notícias*:

> *Desporto das massas [era] importante meta a atingir na actual conjuntura socio-política. O desporto será [...] exercício físico e mental, um dos factores determinantes da unidade na sociedade moderna. [...] E, por isso, porque pretendemos que em Moçambique floresça realmente uma sociedade nova, torna-se imprescindível conduzir o desporto aos mais recônditos lugares, fazendo dessa juventude que agora se integra nas tarefas prioritárias da construção da sociedade, de uma juventude desportiva exemplar, onde o espírito revolucionário esteja sempre presente*[11].

Noutro artigo, Ubisse (1976b: 7) salienta a importância da construção de um novo desporto moçambicano, pois era um dever que todos tinham de cumprir para com a pátria, visto que, construir um novo desporto moçambicano era dar cumprimento à palavra de ordem da reconstrução nacional. Estas posições estavam alinhadas com as diretivas da Frelimo, que defendiam que "a educação física e os desportos devem ser difundidos com vista à sua prática regular e organizada entre os operários e camponeses, entre a juventude em geral [...]" (Machel, 1978: 138).

Estes posicionamentos comprovam a tentativa de o governo alargar a prática desportiva para todos moçambicanos. Porém, mais do que um desporto, tratava-se também de uma manifestação política que deveria estar em consonância com a ideologia do partido Frelimo. Assim sendo, o desporto serviria os interesses da construção de uma sociedade nova, o que demostra a continuação instrumentalização da prática desportiva em Moçambique. Na prática, tanto o governo colonial, assim como o regime estabelecido no período pós-colonial se serviram do desporto para alcançarem interesses políticos.

Esta politização do desporto também esteve patente na realização dos primeiros jogos escolares em 1978, um ano após a Frelimo se ter assumido oficialmente como um partido de vanguarda, adoptando a ideologia Marxista-Leninista. No discurso de abertura, Samora Machel analisou o conteúdo político da realização daquele festival, destacando que o evento marcava o arranque da massificação do desporto para as massas populares, enquanto uma militante da organização Continuadores da Revolução referia que se criavam "[...] as condições para o reforço da nossa unidade nacional, tornando o povo mais apto a desempenhar as tarefas do partido e do governo, principalmente na defesa intransigente da pátria contra as agressões contínuas do imperialismo (Castanheira, 1978: 61). Desta forma, comprova-se claramente a pretensão de usar o desporto para fins políticos.

Cumpre sublinhar que apesar do interesse do governo em capitalizar o desporto para fins políticos, no período a seguir à independência esta atividade entrou em crise. A saída massiva dos colonos e as estratégias ineficientes da Frelimo, que defendiam o amadorismo e a erradicação do desporto comercial para que a prática desportiva estivesse ajustada à sua ideologia política, provocaram uma severa crise no desporto moçambicano, cujas consequências ainda se refletem na atualidade. Dois anos depois da independência, a situação negativa já se evidenciava:

[11] Implantar um sistema de educação física em que a prática vá ao encontro do povo. *Notícias*, Maputo, 27 de Jan. 1976. Desporto, p. 7.

> *De facto, não é propriamente o desporto que está em crise, mas sim aquilo que o sustentava, o capitalismo. [...] Com o processo de tomada de consciência e pelo início da tomada efectiva de poder pela classe operária, começaram a abandonar o país [...] e deixaram de fornecer a 'energia' que iluminava o seu desporto: e as 'estrelas' apagaram-se. A vela e xadrez praticamente acabaram com a saída da burguesia colonial [...], o automobilismo vive dias maus [...]. O atletismo quebrou com a fuga de treinadores, o hipismo ficou reduzido aos cavalos. [...] Com a crise do capitalismo, o desporto decresceu de qualidade*[12].

Apesar de reconhecer a crise no desporto, não se criticavam as estratégias ineficientes do governo na promoção desportiva, uma atitude permanente em todas as dimensões do país no período pós-colonial, no qual todos erros, equívocos e males se deviam unicamente ao capitalismo-colonial, bem como à sociedade, que estava alienada, e nunca ao partido-estado. Embora defensor do amadorismo, o governo implementou uma nova estratégia para sustentar os clubes e associações, sem depender do patrocínio de entidades empresariais, como forma de não permitir um 'desporto capitalista'.

No primeiro regulamento geral do desporto federado, a Direção Nacional de Educação Física e Desportos assinalava a necessidade da criação de um desporto totalmente integrado no processo revolucionário, que contribuísse para o avanço da revolução, e o que procurasse moralizar a estrutura desportiva do período colonial[13]. Desta forma, o governo desenvolveu esforços para associar clubes e associações desportivas a entidades empresariais e instituições públicas. Esta era uma das poucas opções, pois a atividade empresarial privada estava condicionada, para além de que o governo nacionalizara a maior parte destes empreendimentos.

Num seminário sobre futebol realizado em Maputo, em 1981, o partido Frelimo transmitiu orientações para o desenvolvimento do desporto: foi estabelecido que os clubes que não se encontravam ligados à política e administrativamente a estruturas, instituições, empresas ou grupos de empresas, deveriam envidar esforços para que estivessem até 1982[14]. Este sistema não resolveu o dilema da insustentabilidade dos clubes nacionais. Assistiu-se à tomada dos clubes de maior dimensão por entidades de maior capacidade financeira e secundarizou-se os de menor dimensão, o que propiciou um decréscimo acentuado dos clubes 'pequenos'[15]. Alguns clubes entraram num processo de extinção, reduzindo-se, desta forma, a quantidade de clubes e a possibilidades de as pessoas praticarem desporto.

À luz da nova diretriz, muitos clubes foram integrados em empresas e instituições públicas. Por exemplo, o Grupo Desportivo de Maputo foi vinculado ao Ministério das Obras Publicas e Habitação e a algumas empresas de construção civil, como a CETA. O Maxaquene foi integrado nas Linhas Aéreas de Moçambique e nos Aeroportos. O Costa de Sol uniu-se à Electricidade de Moçambique, os Ferroviários naturalmente integraram-se nos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique. A Académica integrou-se na Universidade Eduardo Mondlane. É interessante perceber que alguns destes clubes já tinham alguma ligação com estas entidades no período colonial, como é o caso dos Clubes Ferroviários. Portanto, a ligação de clubes a empresas não foi uma medida totalmente nova.

Neste processo, alguns clubes foram privilegiados, principalmente aqueles que tinham uma tradição de resistência e/ou tinham sido marginalizados no período colonial, bem como os que reforçavam a ideologia do partido. Neste quadro, o Clube 1.º de Maio teve um tratamento

---

[12] Desporto: as estrelas apagaram-se. *Tempo*, Maputo, 08 de Maio, 1977. Desporto, p. 52. Sobre formas de desenvolver o desporto moçambicano, ver Marmelo, António (1980), Desporto: sair do subdesenvolvimento. *Tempo*, Maputo, 12 de Out. 1980, pp. 43-45.

[13] República Popular de Moçambique. Ministério da Educação e Cultura. Direção Nacional de Educação Física e Desportos. *Desporto federado: regulamento geral*. [S.l.: s.n], 1979, p. 3.

[14] Grupo Desportivo de Maputo passa à ofensiva. *Tempo*, Maputo, 17 de Maio, 1981. Desporto, pp. 38-39.

[15] Maputo: integração de clubes em entidades empresariais – mito ou realidade. *Tempo*, Maputo, 17 de Abr. 1983. Desporto, p. 56.

especial, visto que sua designação está rodeada de um enorme simbolismo político-social, o que levou os dirigentes da época a tentar agrupar todos os pequenos clubes de 'tendências religiosas e regionalistas' em torno dessa mesmo simbologia. No início da década de 1980, a sua sede resumia-se a escombros anexos ao campo no bairro pobre de Maxaquene. Com as políticas frelimistas atinentes ao desporto, o Clube 1.º de Maio foi integrado no Ministério da Indústria e Comércio e os escritórios passaram para a Avenida Emília Daússe, onde se situava a sede de um dos clubes acabado de ser extinto[16].

Por último, os Ministérios do Interior e da Defesa também estiveram envolvidos nesta reestruturação do desporto. A título de exemplo, o Matchedje (nome com enorme simbolismo para o Partido Frelimo) tornou-se um clube do Ministério da Defesa, enquanto as Águias Especiais encontravam-se ligados ao Ministério do Interior. Estes clubes faziam parte dos privilegiados, pois, para além do lado desportivo, incluíam a componente de defesa e segurança. No caso de Matchedje, alguns atletas promissores foram 'obrigados' a filiar-se neste clube sob pretexto do cumprimento do Serviço Militar Obrigatório[17].

Na equipa militar de futebol, em algumas ocasiões os atletas foram sancionados por não alcançarem resultados positivos. Numa entrevista ao jornal *Desafio*, o jogador Amade Osman (conhecido nos meandros desportivos como Amadinho) refere que o pior momento da sua carreira foi quando jogava no Matchedje e a equipa sofreu uma derrota com o Chamanculo na derradeira jornada do Campeonato Provincial, em consequência do que perdeu a competição para o Maxaquene. Assim sendo, os jogadores receberam uma ordem para se deslocarem ao quartel de Boane para serem castigados durante duas semanas.

A integração dos clubes e associações desportivas moçambicanas nos ministérios, instituições e empresas públicas[18] visava garantir a sustentabilidade do desporto moçambicano numa configuração nova, na qual não havia espaço para o patrocínio através de empresas privadas (praticamente não existiam até ao final da primeira metade da década de 1980), visto que esse tipo de desporto era considerado alienado e incompatível com a construção de um país revolucionário.

Ainda na reestruturação do desporto moçambicano, a transferência interna de atletas nacionais entre clubes foi condicionada, enquanto para o estrangeiro foi interdita. Esta situação também visava satisfazer a ideologia política da Frelimo, que defendia que esta era uma prática do desporto capitalista, pelo que não se adequava a um país progressista. Neste sentido, salientava-se que a compra de atletas era contra a dignidade humana, pois as pessoas não deveriam ser tratadas como mercadorias. Tal pode constatar-se num artigo da *Tempo*, no qual se sustentava que se deveria terminar com o jogo de transferências de atletas de uma equipa para outra, da sua venda como se de caju se tratasse[19]. Também é relevante referir que se limitou a entrada de atletas estrangeiros, uma situação frequente no período colonial, principalmente na última fase.

---

16 The Delagoa Bay Company (2010), *A Liga Muçulmana vence Campeonato nacional de futebol de Moçambique*. [Em linha] [Consult. 20.set.2018]. Disponível em: https://delagoabay.wordpress.com/2010/11/13/-a-liga-muculmana-vence-campeonato-nacional-de-futebol-de-mocambique-2010/.

17 Ver o artigo sobre o funeral de Filipe Chissequere, ex-guarda-redes do Matchedje e da Seleção Nacional de futebol: Meque, Manuel (2014), Honras militares para quem dignificou a Nação. *Domingo*, Maputo, 16 de Mar. 2014. Desporto, p. 37; ver também: Caldeira, Renato (2018), Filipe: o gato preto. *O País*, Maputo. [Em linha] [Consult. 20.out.2018]. Disponível em: www.opais.co.mz/filipe-o-gato-preto/.

18 Este também foi um processo com efeitos negativos, com marcas amargas para alguns clubes. Num debate sobre a baixa qualidade do desporto nacional, que contou com a presença de Carlos Souza, João Albasini, Guerra Manuel, Domingos Malendje e Arnaldo Salvado, este último defendeu que com a integração dos clubes em empresas e instituições, os sócios dos clubes foram marginalizados, pois houve tendência de colocar na direção dos clubes indivíduos das entidades integradora que, na maioria das vezes, nem sequer eram adeptos dessa coletividade. Também salientou que certas pessoas estavam nos clubes por oportunismo e criavam problemas (Porque perdemos tantas vezes? Derrotas da seleção nacional debatidas em mesa redonda. *Desafio*, Maputo, 29 de Jul. 1987, pp. 8-9). Ver também: Zakarias, Vasco (2011), *Acesso dos clubes aos fundos das empresas (2)*. [Em linha] [Consult. 15.out.2018] Disponível em: www.cedid.blogs.sapo.mz/15162609.html.

19 Desporto: as estrelas apagaram-se. *Tempo*, Maputo, 08 de Maio, 1977. Desporto, p. 52.

Esta rigidez das políticas da Frelimo provocou uma enérgica oposição de alguns atletas moçambicanos, que procuraram alternativas para se transferirem para o estrangeiro. Desta forma, no início da década de 1980 um bom número de jogadores moçambicanos, como Pelembe, Vicentinho, Nicolau, Cadango, Faruk, Zaza, Isaías, Amadinho, Cossa, Mandito, Boi e Sergito, deixaram o país para tentar a sorte no profissionalismo sul-africano, enquanto Artur Semedo, Mateus, Edy, Nito, entre outros, rumavam para Portugal, sem autorização para o efeito (Estevão, 2014). Esta atitude foi considerada uma grave afronta pelo regime, em resultado do que a entrada destes atletas no país e a sua participação nas seleções nacionais foi proibida. Para o governo, estes eram 'reacionários', pessoas sem amor à pátria e se tinham vendido por dinheiro, por isso não serviam para o Moçambique novo, pois continuavam alienados.

Os jogadores que se transferiram para a África de Sul foram os mais visados. Este país representava tudo o que a Frelimo combatia e apresentava uma ideologia antagónica, para além de que o regime do *apartheid* interveio directamente e indirectamente na política moçambicana através de auxílio à Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) durante a guerra dos 16 anos. É importante salientar que Moçambique adoptará sanções contra a África de Sul, o que justificava ainda mais a interdição de atletas moçambicanos se transferirem para as competições sul-africanas[20].

Conclusão

Há uma tendência de olhar para a descolonização como um marco de roptura com o passado colonial. Esta tendência ganha maior expressão em países como Moçambique, onde a independência seguiu um carácter revolucionário de inspiração Marxista-Leninista. Contrariamente a esta visão, neste artigo ensaiou-se mostrar que, no caso do desporto, as políticas da Frelimo tinham muitas semelhanças com as praticadas pelo regime colonial. Tal como aconteceu durante o período colonial, após a independência, o desporto foi instrumentalizado para servir fins políticos. Sob pretexto de usar o desporto na construção de uma sociedade nova, a Frelimo reestruturou o desporto com vista a beneficiar o seu projeto de edificação do Estado socialista. Para a Frelimo, o desporto devia contribuir na construção de um país moderno, alicerçado no Marxismo-Leninismo, livre de todas as formas de alienação, advindas do tradicionalismo, regionalismo, racismo e capitalismo. Isto passava necessariamente por uma roptura com passado colonial, visto como responsável por todos os males de que Moçambique enfermava. Para o efeito, a Frelimo massificou o desporto, alargando-o para a maioria da população. Isto foi feito à custa do desporto federado e profissional, encarados como uma expressão capitalista contrária a ideologia da Frelimo. No lugar do desporto federado, promoveu-se um desporto amador. Operou-se uma mudança de designação de clubes e associações com ligação religiosa, regionalista e étnica e alguns clubes foram integrados nas empresas e instituições estatais. Por fim, a transferência de desportistas a nível interno **foi condicionada** enquanto que, a nível externo foi interditada, alegadamente porque os

[20] Por exemplo, o jogador português com origens moçambicanas Eusébio da Silva Ferreira foi severamente criticado e chamado de Judas por ter feito uma digressão com a equipa nacional de futebol de salão de Portugal na África de Sul. Criticou-se o facto de ter dito aos jornalistas que "sinto-me bem neste país [África do Sul], onde fui bem recebido". O jornal *Desafio* lembra o encontro que Eusébio e outros jogadores de origem moçambicana como Hilário e Coluna tiveram com o Presidente Samora em 1985 alusivo aos 10 de independência nacional, no qual o líder da revolução moçambicana ofereceu uma casa a Eusébio e um passaporte diplomático e disse-lhe "para que venhas a tua terra que também te libertou, sempre que quiseres". Por fim, o jornalista salienta que "hoje, Eusébio, como se da coisa mais natural se tratasse, talvez mesmo utilizando o passaporte diplomático [...], exibe-se no país daqueles que armam e municiam os seus agentes para ceifarem vidas em Moçambique. [...] Ingenuidade? Imaturidade politica? [...] Ou será que para Eusébio, o dinheiro tudo compra, até mesmo a fidelidade à terra que o fez nascer", Ricardo, José (1987), Sinto-me bem neste país: Eusébio na África do Sul. *Desafio*, Maputo, 05 de Ago. 1987. Desporto, p. 9).

homens não podiam ser "vendidos" ou "comprados" como se fossem mercadoria. Esta situação prevaleceu até a adoção da economia liberal marcada pela introdução do Programa de Reabilitação Económica em 1987. O impacto destas políticas no desenvolvimento de desporto moçambicano ainda precisa de ser investigado.

Referências bibliográficas

A educação física e o desporto no programa da Frelimo. *Tempo*, Maputo, 06 de Out. 1974. Desporto, p. 29.

Caldeira, Renato (2018), Filipe: o gato preto. O País, Maputo. [Em linha]. [Consult. 20.Out.2018]. Disponível em: www.opais.co.mz/filipe-o-gato-preto/.

Campos, Agostinho de (1974), O comportamento dos desportistas no momento moçambicano. *Tempo*, Maputo, 3 de Nov. 1974. Desporto, p. 41.

——— (1974), Linguagem desportiva: forma de colaboração. *Tempo*, Maputo, 27 de Out. 1974. Desporto, p. 63.

——— (1974), Um não! Aos êxitos de fachada. *Tempo*, Maputo, 13 de Out. 1974. Desporto, p. 41.

Castanheira, Narciso (1978), Primeiro festival nacional de jogos escolares: o povo participou, o povo assistiu. *Tempo*, Maputo, 15 de Jan. 1978. Desporto, pp. 59-64.

Da primeira à segunda divisão, das honras às reservas. O desporto que não queremos. *Tempo*, Maputo, 21 de Set. 1975. Desporto, pp. 34-40.

Desporto: as estrelas apagaram-se. *Tempo*, Maputo, 08 de Maio, 1977. Desporto, pp. 48-53.

Domingos, Nuno (2013), *Dos subúrbios da Lourenço Marques colonial aos campos de futebol da metrópole: uma entrevista com Hilário Rosário da Conceição*, *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 26, pp. 225-245.

——— (2012), *Futebol e colonialismo: corpo e cultura popular em Moçambique*, Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais.

——— (2009), *As políticas desportivas do Estado Colonial em Moçambique*, *Lusotopie,* vol. XVI, n.º 2, pp. 83-104.

——— (2006), *Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: sobre o caso moçambicano*, *Análise Social XLI*, n.º 179, pp. 397-416.

Escola de Educação Física dinamizará desporto popular: conteúdo dos programas incluirá formação política. *Notícias*, Maputo, 13 de Dez. 1975. Desporto, p. 9.

Estevão, Joca (2014), Tinha muito futebol para continuar em Moçambique [entrevista a Amadinho]. *Desafio,* Maputo, 06 de jan. 2014.

Fanisse, João (1979), A história do Benfica: qual é a base política-histórica do desporto federado em Moçambique? Nesta cronica fica uma tentativa de resposta através de uma retrospectiva do Sport Lourenço Marques e Benfica. *Tempo*, Maputo, 21 de Jan. 1979. Desporto, pp. 28-31.

Graça, Machado da (1981), Boxe: cadáver que ressuscita. *Tempo*, Maputo, 04 de Jan. 1981. Desporto, pp. 44-45.

Grupo Desportivo de Maputo passa à ofensiva. *Tempo*, Maputo, 17 de Maio, 1981. Desporto, pp. 38-39.

Implantar um sistema de educação física em que a prática vá ao encontro do povo. Notícias, Maputo, 27 de Jan. 1976. Desporto, p. 7.

Lurdes Mutola: a menina de ouro faz 39 anos'. *Sapo Notícias*, 27 out. 2011 [Consult. 30.out.2018]. Disponível em: https://noticias.sapo.mz.

Machel, Samora Moisés (1979), *O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: documentos do terceiro congresso da Frelimo.* Maputo: Colin e Agnes Darch.

——— (1978), *Educar o Homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria: mensagem à 2.ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura,* Maputo: Colin Darch, Centro de Estudos Africanos.

Magaia, Albino (2010), *Moçambique: raízes, identidade unidade nacional*. Maputo: Ndjira.

Maputo: integração de clubes em entidades empresariais – mito ou realidade. *Tempo*, Maputo, 17 de Abr. 1983. Desporto, p. 56.

Marmelo, António (1981), Boxe: chamem-lhe o quiserem, desporto não. *Tempo*, Maputo, 05 de Abr. 1981. Desporto, pp. 54-57.

——— (1980), Desporto: sair do subdesenvolvimento. *Tempo*, Maputo, 12 de Out. 1980. Desporto, pp. 43-45.

Medeiros, Eduardo (2013), *Etnia e raça no desporto beirense na época colonial. O caso dos "sino-moçambicanos*, *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 26, pp. 43-81.

Mubai, Marlino Eugénio (2014), *Turismo cultural em Moçambique: uma abordagem histórica*. Maputo: Imprensa Universitária.

O desporto juvenil no I Seminário do Desporto da Província de Maputo. *Tempo*, Maputo, 06 de Abr. 1975. Desporto, pp. 45-47.

Paipe, Gustavo (2016), *Políticas publicas desportivas: Estudo centrado em municípios de Moçambique*. 311p. Tese (Doutoramento em Ciências do Desporto) – Curso de Doutoramento em Ciências de Desporto, Universidade do Porto.

Para o processo do I Seminário de Educação Física e Desporto: relatório sobre actividade juvenil. *Tempo,* Maputo, 27 de Abr. 1975. Desporto, pp. 41-42.

Para o processo do I Seminário de Educação Física e Desporto: actividade federada. *Tempo*, Maputo, 04 de Maio, 1975. Desporto, pp. 50-52.

Porque perdemos tantas vezes? Derrotas da seleção nacional debatido em mesa redonda. *Desafio*, Maputo, 29 de Jul. 1987, pp. 8-9.

República Popular de Moçambique. Ministério da Educação e Cultura. Direcção Nacional de Educação Física e Desportos (1979), *Desporto federado: regulamento geral*, [S.l.: s.n].

Ricardo, José (1987), Sinto-me bem neste país: Eusébio na África do Sul. *Desafio*, Maputo, 05 de Ago. 1987. Desporto, p. 9.

Rocha, Aurélio A. N. (1991), *Associativismo e nativismo em Moçambique:* o *Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)*. 351 p. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia Histórica) – Curso de Pós-graduação em Economia e Sociologia Histórica, Universidade Nova de Lisboa.

The Delagoa Bay Company (2010), A Liga Muçulmana vence Campeonato Nacional de Futebol de Moçambique. [Em linha]. [Consult. 20.set.2018]. Disponível em: https://delagoabay.wordpress.com/2010/11/13/a-liga-muculmana-vence-campeonato-nacional-de-futebol-de-mocambique-2010/.

Ubisse, Guilherme (1976a), 'Desporto juvenil: obra a pôr em marcha'. *Notícias*, Maputo, 27 jan. 1976. Desporto, p. 6.

——— (1976b), 'Lutemos por um desporto popular nas escolas'. *Notícias*, Maputo, 31 jan. 1976. Desporto, p. 7.

Zakarias, Vasco (2011), Acesso dos clubes aos fundos das empresas (2). Cedid – Centro de documentação e informação desportiva de Moçambique. [Em linha]. [Consult. 15.out.2018]. Disponível em: www.cedid.blogs.sapo.mz/15162609.html.